

SUJEITOS E MOVIMENTOS CONECTANDO-SE ATRAVÉS DE REDES¹

Ilse Scherer-Warren

Gostaria de iniciar com algumas reflexões preliminares acerca da dialógica entre o Sujeito e o Movimento na sociedade complexa. A partir de uma perspectiva sociológica se pensa o sujeito sempre no conjunto de suas relações sociais, ele se constrói na sua relação com o outro, na alteridade. Todavia, as abordagens teóricas sobre a constituição do sujeito contemporâneo, apresentam diferentes cenários ou possibilidades. Portanto, seleciono, neste momento, três alternativas que nos permitem pensar possibilidades diversas de construção de identidades coletivas:

1 - Identidades sociais difusas/fragmentadas: A fragmentação da vida social, com apelo à individuação, e no extremo ao individualismo, implica que as ações baseadas em identidades coletivas tornam-se cada vez mais raras, sendo pouco frequentes organizações de movimentos sociais. Esta é a alternativa apresentada pelos pensadores “pós-modernos” (radicais): A organização da sociedade pós-moderna isola os indivíduos, estimula rivalidades, contribui para a construção de subjetividades em torno de papéis sociais fragmentados, diminuindo o poder das identidades sociais e coletivas através de movimentos sociais propriamente ditos, no sentido, por exemplo, dado por Touraine. No máximo, estes sujeitos se constituem em grupos identitários no modelo denominado de “tribos”, segundo Maffesoli.

2 - Identificações sociais múltiplas: As subjetividades são construídas em torno das múltiplas relações sociais em que o indivíduo participa, incluindo-se aí as mobilizações de cunho político e as respectivas formações discursivas dos sujeitos identitários. Desta forma, poderá se pensar num ator coletivo portador de múltiplas identidades, por exemplo, um sujeito que se auto-identifica enquanto ecologista, feminista, sindicalista, etc. Esta alternativa é apresentada pelos teóricos *des-construtivistas*, que dirão que as identidades são contingentes e mutáveis, de acordo com as articulações discursivas das redes e dos processos de formação dos movimentos sociais, conforme é apresentado especialmente por Laclau e Mouffe.

3 - Reconhecimento social das identidades: A subjetividade nunca ocorre como processo individual isolado. Ela ocorre na relação do indivíduo com seus grupos de referência. Em tempos de globalização e na sociedade complexa, o sujeito convive com um número crescente e variado de interações, diversidade de códigos culturais de referência, e tem ao seu alcance um aumento de organizações que formam redes, seja virtuais ou presenciais. Desta forma, as identidades coletivas formam-se inicialmente na identificação dos pares (sejam

¹ Palestra proferida na Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura, Congresso Internacional de Ética e Cidadania – Curitiba 31 a 04/10/2000.

eles ecologistas, feministas, negros, comunitários e assim por diante). Em seguida, a subjetivação, de uma forma mais complexa, pode ocorrer no cruzamento das diversas referências simbólicas destes na esfera pública ampliada, onde através do reconhecimento social começa a se formar o que denominamos de movimentos sociais. Mas, o reconhecimento só pode ocorrer se houver uma relação dialógica entre os diferentes atores, oriundos de organizações com identidades diferenciadas, para que se construa o reconhecimento mútuo, na alteridade e com respeito às diferenças. Perspectivas *neo-comunitaristas*, *pós-modernas críticas*, *pós-coloniais* contribuem para se pensar esta alternativa (vide Taylor, Lash, Bauman, Bhabha, Boaventura Santos, etc).

Tendo como pressuposto, especialmente as duas últimas abordagens teóricas acerca da constituição dos sujeitos coletivos, como definir movimento social? *Movimento Social* deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil.

A partir deste ponto de vista, distingue-se as noções de movimento social e de organização. O que se observa na realidade empírica são as organizações, as redes de interação e as práticas particulares. Organizações são, por exemplo, Associações de bairro e grupos comunitários, Grupos de mútua-ajuda e voluntariado, Associações de classe, como sindicatos e associações profissionais, Organizações não-governamentais (ONGs), Organizações de defesa da cidadania, que lutam pela defesa de direitos específicos e/ou pela melhoria da qualidade de vida (de gênero, ecologistas, étnicos, etc).

Portanto, como se passa da organização ao movimento? As organizações são elos da rede de movimentos. Podemos começar a falar de movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas, particularizadas, de cada associação. O movimento social transcende a prática localizada e temporal de uma organização. Quando começam a se formar redes que articulam um conjunto de organizações e sujeitos podemos falar sobre a existência de movimento social. Apenas para dar alguns exemplos: o movimento ecológico é um conjunto de práticas e valores que transcende as ONGs ou grupos de ecologistas, e que tem repercussões no tecido social, do cotidiano à esfera pública; no Movimento Sem Terra (MST) há múltiplas organizações, acampamentos, assentamentos, grupos de coordenação, ONG de referência, grupos de apoio, etc. (Vide Rossiaud & Scherer-Warren, 2000).

Será, assim, na ação intercruzada e cumulativa das múltiplas formas de organizações e práticas pela cidadania, a partir das redes das redes de movimentos sociais, que a sociedade civil se fortalece e cria legitimidade na esfera pública. No Brasil, de fato, esta sociedade civil ainda é muito frágil, e o abuso da violência do poder público contra o cidadão é a prova disto (P. ex., as agressões policiais aos Sem-Terra, ou a agressão que houve à manifestação dos Outros 500, na Bahia, por ocasião da comemoração oficial do descobrimento do Brasil).

A questão que se coloca, a seguir, é de como tratar *metodologicamente as redes*, para a análise dos movimentos sociais. A noção de rede é polissêmica. Vem sendo construída enquanto conceito analítico, mas é também um conceito propositivo dos próprios movimentos sociais (Scherer-Warren, 1999, cap. 1). Para ser usada enquanto conceito operacional na tarefa de pesquisa, deve-se, pois, explicitar em que sentido está sendo empregada. A noção de rede aparece com uma frequência muito grande nos estudos sobre a sociedade contemporânea. Poder-se-ia perguntar sobre as razões desta presença nas ciências em geral e, em particular, nas ciências humanas. Três respostas teóricas merecem ser consideradas, do ponto de vista da análise sociológica da sociedade contemporânea e, especificamente, em termos das ações coletivas:

- As redes são **estruturantes** da sociedade contemporânea globalizada. Uma das importantes contribuições desta concepção encontra-se nos estudos de Manuel Castells (1996; 2000). Segundo este autor, a sociedade das redes é uma forma específica de estrutura social, que pode ser identificada pela pesquisa empírica como característica da era da informação. Assim como a sociedade industrial caracterizou a estrutura social do capitalismo e estatismo do século XX, as redes seriam figuras-chave da morfologia social, permeando os níveis culturais e institucionais da maioria das sociedades atuais (2000, p.5), e, como tais, elas também são estruturantes dos movimentos sociais contemporâneos (Castells, 1996, vol II: The power of identity).
- A análise de redes é uma **metodologia adequada** para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea. Seguindo esta concepção, vários autores têm empregado nos estudos sobre os movimentos sociais (vide Emirbayer & Goodwin, 1994; Diani, 1997; Risse & Ropp & Sikkink, 1999, e outros). Nesta linha, Diani considera que a “agência” assume supremacia em relação ao enfoque estrutural, sendo a rede tanto um produto como uma condição da ação (ibid., p. 143). Risse et alii. (op. cit), constroem um “modelo espiral” para investigar as redes de advocacia transnacional na área dos direitos humanos.
- As redes referem-se a um tipo de **relações/articulações** sociais que sempre existiram, mas que na sociedade globalizada e da informação assumem características específicas e relevantes que merecem uma atenção especial das ciências sociais. Diferentes metodologias e teorias propõem-se a apreender e retratar aspectos diversos deste fenômeno (vide Melucci, 1996, Lash, 1997, Scherer-Warren, 1998b; 1999, e outros).

Consideramos este último procedimento especialmente frutífero para o entendimento dos movimentos sociais e das ações coletivas. Na sociedade contemporânea, complexa, globalizada, informatizada, três dimensões são relevantes para se pensar a perspectiva de redes inerentes à dinâmica dos movimentos sociais: da sociabilidade, da espacialidade e da temporalidade

histórica (veja detalhamento em Scherer-Warren, 1998b).

Ao nível da **sociabilidade** encontramos as redes sociais do cotidiano, que se constroem a partir das tradicionais redes sociais primárias (famílias, círculos de amizades, comunidades, grupos identitários locais, etc.), que são penetradas por redes virtuais (intersubjetividades decorrentes de exposição a mídia ou a intercâmbios por meios eletrônicos, como a internet), e que em conjunto vão formando as novas identidades na era da informação. No campo dos movimentos sociais, as redes construídas a partir do tecido social comunitário cruzam-se com redes construídas no tecido social associativista. Por exemplo uma associação de bairro, ou uma ONG local, podem retratar a dimensão cultural, as raízes históricas locais da comunidade participante, bem como a dimensão política da proposta associativista em curso. Neste caso, os movimentos sociais serão, portanto, fruto do encontro da tradição com a utopia da transformação. Serão também a expressão do encontro do indivíduo com seus pares identitários - redes de solidariedade - as quais para desenvolverem-se numa direção pró-ativa, propositiva, transformadora, através de suas associações, criam as redes estratégicas. Portanto, para se entender um movimento social, é necessário se buscar nesta dupla face das redes - solidarística e estratégica - os elos fracos e os elos fortes (como os sujeitos se relacionam e como atuam); as relações de complementariedade ou de conflitos e, em consequência, como a rede se constrói, se reconstrói, se transforma ou mesmo se dissolve.

O nível da **espacialidade** é, especialmente, relevante ser considerado, uma vez que com as novas tecnologias de informação os atores coletivos e os movimentos sociais engendram redes que estão continuamente redimensionando seus territórios de influência e ação. O global penetra no associativismo local, originando um espaço que veio a ser denominado por algumas ONGs como "glocalização", isto é, a possibilidade de criar alternativas à globalização desde cima, a partir de iniciativas de resistência da sociedade civil local e de suas redes transnacionais (vide Scherer-Warren, 1999; Beck, 1999). Neste contexto, problemas comunitários locais impactantes também podem se projetar na escala planetária, criando novas formas de solidariedade entre os povos. A pesquisa sobre a dimensão da espacialidade das ações coletivas precisa, pois, buscar os elos e os tipos de redes que dinamizam os fluxos de informação, que desenvolvem solidariedade e estratégias de ação e que negociam alternativas de mudança social, em bases territoriais.

As redes de movimentos através de seus vários níveis de expressividade (latente, submersa, manifesta ou virtual) respaldam-se em várias **temporalidades**: o passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia) (cf. Scherer-Warren, 1998b). A pesquisa busca através desta dimensão das temporalidades históricas compreender como as redes sociais tradicionais, instituídas a partir de raízes históricas ou de legados culturais, cruzam-se com redes políticas instituintes

de novas opções ou utopias, criando significados híbridos para a ação dos movimentos sociais. Vale aí investigar em que medida o resgate histórico e cultural, feito pelos movimentos sociais, transforma-se em indignação sobre as injustiças do passado e sua reprodução no presente, constrói identidades e solidariedade coletiva, e cria estratégias de ação para a transformação social.

Os movimentos sociais na sociedade globalizada, informatizada, desenvolvem-se, portanto, através de relações e articulações que assumem a forma de redes de solidariedade e de estratégia. Uma agenda de pesquisa, que visa avaliar o significado destas redes na esfera pública, deverá investigar a dialeticidade entre as redes sociais, submersas, do cotidiano e as redes políticas, manifestas, do associativismo; a localização e a realocação das redes e o significado de seus vários territórios de referência simbólica e estratégica; e, enfim, a articulação entre memória e utopia.

Em prosseguimento, vale examinar como se organizam os movimentos sociais, enquanto redes, na era da informação. Dois tipos de ações coletivas, de resistência ao sistema de dominação e produtoras de novas identidades, tendem a predominar no cenário da sociedade globalizada, da informação:

- *manifestações simbólicas massivas;*
- *redes de comunidades virtuais identitárias.*

As *manifestações simbólicas massivas* são respostas ao paradoxo da exclusão-inclusão social. Como exemplos temos as manifestações públicas de grandes massas de desempregados e trabalhadores precários (França/95, Marchas do MST, e, mais globalmente, as grandes marchas mundiais, em Seattle, em Praga e outras, onde se reage simultaneamente à carência de empregos e ao modelo que a origina, o neoliberalismo globalizado, com suas conseqüências nas políticas sociais. A carência também pode ser mais abrangente, como ocorre com os indígenas de Chiapas ou os Sem-Terra no Brasil, onde ao lado da reivindicação econômica da terra, luta-se pelo reconhecimento político e cultural. Em ambos os casos, a contestação ao Estado dá-se na medida em que este é considerado como mediador dos interesses do capitalismo globalizado.

Outras formas de manifestações simbólicas massivas são as relacionadas aos fundamentalismos religiosos, étnicos ou nacionalistas. Neste caso, pode tratar-se de uma proteção da tradição face à ameaça de sua dissolução numa cultura cosmopolita (cf. Giddens, 1996), mas freqüentemente fechadas à alteridade desejável num mundo em globalização.

As *redes de comunidades virtuais identitárias* são a forma que os múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais têm encontrado para marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado. Estas comunidades são mais virtuais, baseadas em intercâmbios solidarísticos, do que formas de organizações coletivas centralizadas, e como exemplo temos as múltiplas redes que se tem organizado no espaço cibernético. Neste contexto,

ao lado das inúmeras redes de movimentos libertários, também surgem redes reacionárias, autoritárias, como as dos neo-nazistas.

Há alguns movimentos que combinam ou alternam estas duas formas de agir coletivo, as manifestações simbólicas de massa com as redes de comunidades solidarísticas. Alguns exemplos significativos são: o neozapatismo em Chiapas, que é ao mesmo tempo um movimento indígena de base e uma rede de solidariedade via internet; o Movimento Sem-Terra e o Movimento Negro no Brasil, que se articulam em redes através da mediação das ONGs nacionais e internacionais, mas que reagem também através de manifestações massivas, como foram a Marcha dos Sem-Terra e a Marcha do Zumbi dos Palmares, em Brasília. São exatamente estes os movimentos que têm mais se projetado e conseguido uma maior legitimidade no cenário público.

Concluindo, gostaria de falar um pouco sobre o perfil destas redes e redes de redes de movimentos. Começando com as *redes de comunidades virtuais identitárias*, expressão especialmente de movimentos ecológicos, de gênero, etários, étnicos, pacifistas e contra a violência, pelos direitos humanos, observa-se que estas podem traduzir-se em:

- *referências simbólicas*, de orientação ética e política, para os sujeitos individuais e coletivos situarem-se e agirem em seus contextos sociais, no que concerne às questões identitárias daquele movimento;
- *canais de solidariedade*, que se intensificam em circunstâncias conjunturais em que os sujeitos são chamados a buscar soluções ou a apoiar, estratégica ou simbolicamente, iniciativas face a problemas que afetam o público-alvo do movimento de referência;
- *relativa autonomia de ação*, isto é, expressão de um conjunto de práticas sociais dispersas, com agendas e projetos próprios, mais abertas a parcerias, intercâmbios e cooperações com sujeitos e associações congêneres, ou receptivas a mobilizações em decorrência de uma afinidade ética ou política;
- *referência de reconhecimento de uma condição de sujeito* e de um *lugar de pertencimento eticamente qualificado* na sociedade contemporânea, em contraposição a condições sistêmicas de exclusão ou aniquilamento dos sujeitos.

Quanto às *manifestações simbólicas massivas*, se alimentam do substrato social das redes identitárias, estabelecendo uma espécie de rede das redes, para promover seus processos mobilizatórios, e desta forma expressam as características acima. A estas podem se acrescentar:

- seu *impacto na esfera pública*, na medida em que são construtoras de subjetividades simbólicas e políticas para além de seus grupos de referência.
- sua *efêmera referência organizacional e institucional*.

Enfim, poderíamos perguntar se estamos observando, nas sociedades atuais, a emergência de movimentos cidadãos, cada vez mais interconectados, movimento de movimentos, articulados através de redes de informação que tem o potencial de aproximar as comunidades virtuais com as redes de associativismo civil e projetar-se na esfera pública através de manifestações simbólicas cada vez mais ampliadas? Eis uma questão que merece futuros aprofundamentos.

Referências bibliográficas

- BECK, Ulrich. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, p. 39-200.
- BAUMAN, Z. (2000), *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BHABHA, H. (1998), "Disseminação: tempo, narrativa e as margens da moderna nação". In Bhabha, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- CASTELLS, Manuel (2000), "Materials for an exploratory theory of the network society", *The British Journal of Sociology*, 51(1): 5-24 January/ March.
- CASTELLS, Manuel. (1996), *The information age: economy, society and culture*. Londres: Blackwell Publishers, 3 volumes.
- DIANI, Mario (1997), "Social movements and social capital: a network perspective on movement outcomes", *Mobilization*, 2(2): 129-47, September.
- EMIRBAYER, Mustafa, and GOODWIN, Jeff (1994), "Network analysis, culture and the problem of agency", *American Journal of Sociology*, 99 (6): 1411-54.
- GIDDENS, Anthony. (1996), *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. Trad. de Alvaro Hattner. São Paulo, Universidade Estadual Paulista.
- LACLAU, Ernesto. (1986), "Os movimentos sociais e a pluralidade do social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 1: 44-7.
- LASH, Scott. (1997), "A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In A. Giddens, U. Beck, S. Lash (orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, UNESP, p. 135-206.
- MAFFESOLI, Michel. (1987), *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MELUCCI, Alberto. (1996), *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOUFFE, Chantal. (1996), *O regresso do político*. Tradução de Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva.
- RISSE, Thomas & ROPP, C. Stephen & SIKKINK, Kathryn (Ed.) (1999), *The power of human rights: International norms and domestic change*, Cambridge:

- Cambridge University Press.
- ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse. (2000), *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Boaventura Sousa. (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48: 11-32, junho.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1998a), "Movimentos em cena: ... e as teorias por onde andam?", In: *Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo*. Lisboa/Florianópolis, Socius/Edufsc, 2000. p. 23-51.
- SCHERER-WARREN, Ilse, (1998b), "Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes", *Revista Sociedade e Estado*, 8(1): 55-70, Jan./Jul.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1999), *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- TAYLOR, C. (1993), *Multiculturalismo y Políticas de Reconocimiento*. México: Fondo de Cultura Económica, (original: 1992).
- TOURAINÉ, Alain. (1997), *Podremos viver juntos? Iguales y diferentes*. México: Fondo de Cultura Económica.

RESUMO

Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes

A constituição dos sujeitos coletivos em movimentos sociais tem sido trabalhada de forma diversificada pelas teorias contemporâneas. Situando-se positivamente em relação às abordagens que consideram as múltiplas identidades dos sujeitos e suas lutas por reconhecimento, o texto procura desenvolver uma análise dos movimentos sociais enquanto uma rede que conecta sujeitos e organizações civis, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição e em busca de reconhecimento na esfera pública. Considera-se diversas dimensões para a análise dos movimentos enquanto redes: da sociabilidade, da espacialidade e das temporalidades. Conclui-se com uma apreciação sobre as possibilidades mais típicas de interconexão de sujeitos em ações coletivas na sociedade da informação.

Palavras Chaves: sujeitos coletivos, movimentos sociais, redes, sociedade da informação.

ABSTRACT

Subjects and movements connecting through networks

The constitution of collective subjects in social movements has been seen in different ways by contemporary theories. Agreeing with the approaches that conceive the subjects in their multiple identities and in their struggles for recognition, this article aims to develop an analysis of social movements as a network that connects subjects and civil organizations, as an expression of cultural diversities and open identities in permanent constitution, seeking for recognition in the public sphere. Several dimensions in the analysis of

the movement as a network will be considered: sociability, spatiality and temporality. The article will be concluded with an appreciation about the most typical possibilities of the interconnection of the subjects in collective actions in the society of information.

Keywords: Collective subjects, social movements, networks, society of information.